
A construção discursiva da política de resistência em *Companheiras*, de Eneida de Moraes*

Renata Guimarães Cabral Limaⁱ

Oriana de Nadai Fulanetiⁱⁱ

Resumo: Este artigo objetiva investigar a construção discursiva da política de resistência na crônica *Companheiras*, da autora Eneida de Moraes (1903–1971), bem como identificar as vozes sociais manifestadas por meio desse discurso. O texto foi escrito na década de 1950, porém relata fatos históricos da década de 1930. Foram selecionados trechos do texto que assinalam o percurso do sujeito confinado na prisão, imobilizado pela repressão, mas encontrando formas para sobreviver e resistir às coerções impostas. Nos fundamentamos nos pressupostos teóricos da Semiótica Francesa, elucidando aspectos narrativos e discursivos, incidências de elementos da vertente tensiva, destacando também o conceito de *formas de vida* da maneira como o utiliza Fontanille (2015). A análise revela que o discurso de resistência se constrói pela unicidade de vozes sociais que afrontam um sistema de poder autoritário e repressor. É um discurso tecido em ações de resistência coletiva sustentadas nas afetividades e na partilha do mesmo pensamento ideológico em prol de uma nova organização política pautada nos princípios democráticos e na liberdade de expressão. Dessa forma, o trabalho vem contribuir para a compreensão de discursividades que se localizam ideologicamente no campo da política de resistência e de enfrentamentos dos sistemas de poder.

Palavras-chave: discurso político; semiótica francesa; resistência.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2023.203942>.

ⁱ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: renata.lima@ufopa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6707-3966>.

ⁱⁱ Professora Associada do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: od.fulaneti@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5959-7292>.

Introdução

A participação da mulher na literatura brasileira vem sendo marcada, ao longo dos anos, por escritoras que se destacaram por sua singularidade, por sua coragem e pela forma contundente com que trataram de questões sociais e políticas recorrentes em sua época. São mulheres intelectuais que “ousaram” se inserir em espaços predominantemente ocupados por homens e nesse campo discursivo travaram intensos debates políticos em períodos em que a figura feminina não tinha voz e o seu papel social se restringia às obrigações domésticas e às relações familiares.

Na década de 1930, há um avanço das conquistas da emancipação feminina com a instituição do voto feminino, uma das principais lutas das mulheres pelo direito de cidadania e de participação nos processos políticos. Nessa nova conjuntura social, essas mulheres foram gradativamente demarcando o seu lugar nas diversas esferas públicas da sociedade, bem como rompendo preconceitos e regras historicamente impostas a elas. Como exemplo, podemos mencionar o acesso à educação básica e superior que por muitos anos fora negado às mulheres, pois o patriarcalismo não considerava o ambiente educacional um espaço apropriado à presença feminina.

Na literatura, esse protagonismo é marcado por produções artísticas que aliam a criação estética aos valores éticos. São textos que contestam e confrontam os sistemas de poder.

A autora Eneida de Moraes (1903–1971) foi uma dessas escritoras que fez de sua arte um espaço de atuação política e de contestação de práticas governamentais arbitrárias e repressoras. É no foco desse discurso de resistência que propomos analisar discursivamente a crônica *Companheiras* (MORAES, 1989), publicada pela primeira vez em 1957, com base nos pressupostos teóricos da Semiótica Francesa. Elucidaremos aspectos narrativos ao focalizar o percurso do sujeito confinado no cárcere que confronta e polemiza com outros sujeitos, ou melhor, com o antissujeito, na luta persistente em prol de uma nova organização sociopolítica pautada pela coletividade e pela liberdade de expressão. Enfatizaremos as estratégias enunciativas concernentes às projeções de pessoa, de tempo e de espaço da enunciação no enunciado. Ainda com relação à sintaxe discursiva, destacaremos as relações de comunicação entre enunciador e enunciatário que são apreendidas na totalidade discursiva. Ademais, trataremos da semântica discursiva, sobretudo dos percursos temáticos e figurativos, os quais marcam as determinações ideológicas do texto e do discurso.

Portanto, a discussão do trabalho centra-se na relação entre discurso, resistência e política. Esta última entendida a partir das relações de poder que são exercidas nas instâncias da sociedade. No entanto, nosso enfoque discursivo não repousa sobre uma ótica governamental, sobre uma gestão do poder estatal,

mas sobre o viés da resistência apresentada como lutas legítimas e sociais que respondem aos efeitos coercitivos do poder. Assim, os questionamentos que norteiam o trabalho são: como é construído o discurso político de resistência no texto da escritora? E quais são as vozes sociais que se manifestam por meio desse discurso?

Propomos o estudo com foco na análise do discurso de resistência, pois trata-se de narrativa que representa memórias de uma época de grande efervescência política e cultural que pode nos mostrar traços da realidade social brasileira em profundas transformações. O texto comporta enunciados discursivos que ressurgem na recente conjuntura sociopolítica brasileira, uma vez que vemos emergir discursos polarizados que põem em confronto dois grupos sociais: os que defendem veementemente políticas centralizadoras e autoritárias e aqueles que se posicionam contra essas práticas governamentais. Assim, acreditamos ser relevante desenvolver este estudo discursivo do ponto de vista das resistências, na medida em que ele auxiliará na compreensão dessas discursividades presentes nos dias atuais.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar a construção discursiva da política de resistência na crônica *Companheiras* (MORAES, 1989), da autora paraense Eneida de Moraes, identificando as vozes sociais manifestadas por meio desse discurso, as quais apontam a presença de um sujeito político que resiste constantemente às privações e às hostilidades sofridas no cárcere.

Para empreender esse trabalho, foram selecionados trechos do texto que assinalam o percurso do sujeito confinado na prisão, imobilizado pela repressão, mas encontrando formas para sobreviver e resistir às coerções impostas. A crônica foi escolhida para análise deste artigo porque é um texto que representa a força das mulheres presas políticas numa época em que a figura feminina sequer tinha voz e vez. É uma narrativa que expressa o protagonismo feminino nos movimentos de luta e mostra as estratégias de resistência que essas mulheres desenvolveram no ambiente punitivo e repressor do cárcere.

O trabalho se organizará em duas partes. Na primeira, abordaremos o discurso político pela perspectiva semiótica, nos fundamentando nos estudos de Fiorin (1988, 2013) e Landowski (1992), bem como trataremos da resistência a partir da concepção semiótica elaborada por Aldama (2021), que a concebe como uma *forma de vida* (tomada de posição), e dos postulados de Foucault (1988, 2009) quanto às *práticas de resistência*, na medida em que o filósofo francês compreende-as como ações de luta e de enfrentamentos que são engendradas no interior das relações de poder. Na segunda parte, procederemos à análise da crônica articulada aos pressupostos teóricos da Semiótica Francesa, destacando categorias narrativas e discursivas que constituem o percurso gerativo do sentido do plano do conteúdo e a incidência de categorias tensivas que complementam a significação do texto.

1. Semiótica, discurso político e resistência

O discurso político é comumente analisado a partir de construções discursivas traçadas pelo sujeito que ocupa um lugar de exercício do poder – a figura do governante ou aquele que aspira a tal posição –, o qual se utiliza de mecanismos de persuasão e de manipulação para convencer o enunciatário (o povo, a sociedade, a comunidade, etc.) a crer no seu discurso como sendo essencialmente verdadeiro e firmar o contrato fiduciário. Este trabalho, no entanto, não parte dessa perspectiva enunciativa. As análises que serão apresentadas pretendem focalizar o discurso do sujeito que está do outro lado da esfera do poder, o sujeito que se localiza ideologicamente nos campos da resistência e confronta um sistema político autoritário e repressor.

Dessa maneira, torna-se de fundamental importância definir o conceito de política que será adotado, uma vez que, no decorrer do tempo, esse termo foi adquirindo uma amplitude semântica que não se restringe à conceituação tradicional. Igualmente, torna-se necessário categorizar o discurso político pelo viés da Semiótica Francesa a partir de reflexões teóricas de semioticistas que se debruçaram sobre essa temática, como Fiorin e Landowski.

A palavra *política* tem sua origem etimológica no termo grego *politikós*, que se refere à *pólis*, à cidade-estado. Nesse sentido, é entendida enquanto sociedade e comunidade. A política visa o interesse comum, a felicidade coletiva como postulado por Aristóteles (2009) na sua obra célebre intitulada *Política*. Para o filósofo grego, a *pólis* é a própria sociedade e as ações dos homens devem convergir para o bem comum da coletividade. Desse modo, nascem os governos, que são responsáveis por manter e gerir a organização do Estado e o equilíbrio da vida social.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), por sua vez, afirmam que o conceito de política está associado ao conjunto de atividades humanas que se refere ao Estado – à *Pólis*. Os autores destacam o Estado enquanto sujeito e objeto de ações políticas. No primeiro caso, as ações de ordenação ou de proibição visam a efeitos reguladores e normativos “para todos os membros de um determinado grupo social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954). No segundo caso, as ações políticas estão voltadas tanto para a conquista ou manutenção do poder estatal quanto para a sua derrubada e destruição.

Nesse sentido, a política é concebida como forma de poder. O poder que exercem uns homens sobre outros, ou melhor, sobre suas ações ditando comportamentos e condutas que devem ser obedecidas a fim de alcançar os efeitos desejados (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Nesse aspecto, a política engloba relações de poder e está ancorada no jogo de ações de uns indivíduos sobre outros e os efeitos que estas produzem nas relações intersubjetivas.

Na perspectiva semiótica, Fiorin (2013) afirma que a política concerne ao poder e está presente em todas as relações sociais e não somente no âmbito do Estado. Nesse sentido, a política igualmente se constrói nas relações de poder que são exercidas nas diferentes instâncias da sociedade – nos grupos familiares, nas instituições religiosas, nos grupos de oposição política e ideológica, etc. O semioticista destaca que o discurso político se funda na modalização do poder, constrói-se como um discurso fundamentalmente regido pela busca do poder: “Mesmo quando o discurso político se dirige ao enunciário para propor um dever fazer, ocorre a busca pelo poder, na medida em que pretende colocar o enunciário como adjuvante do fazer do governante” (FIORIN, 1988, p. 143-144).

Nesse aspecto, Fiorin (1988) trata do discurso político em termos mais comuns, ou melhor, na perspectiva do enunciador que assume o papel temático de governante ou de candidato ao cargo público. No entanto, essa compreensão do discurso político como discurso do poder nos oferece subsídios para traçar os percursos teóricos e metodológicos em busca da construção discursiva da política de resistência, uma vez que esta está imbricada nas relações de poder.

Outro estudioso da Semiótica que também considera a política como relação de poder é Landowski (1992). Ele afirma que a política se constitui de todos “os atos sociais que transformam as relações intersubjetivas”, inferindo-se “a existência e o exercício do poder” nas relações interacionais entre sujeitos individuais ou coletivos (LANDOWSKI, 1992, p. 9).

Dessa forma, Landowski (1992) categoriza o discurso político de dois modos: dos pontos de vista semântico e sintático. No primeiro, um discurso é considerado político quando este engloba um valor semântico de “politicidade”. Então, “é político o discurso que fala de política” (LANDOWSKI, 1992, p. 206). No segundo modo – o sintático –, tem-se a taxionomia de discurso político a partir dos efeitos de poder que produz nas relações comunicativas, “entendendo, com isso, a transformação das competências modais das partes integrantes da comunicação e, por conseguinte, a transformação das condições de realização de seus respectivos programas de ação” (LANDOWSKI, 1992, p. 206). Portanto, essa segunda definição, a de caráter mais específico e profundo, compreende o discurso político como relações de poder porque opera efeitos de poder sobre as ações dos actantes narrativos manifestadas nas instâncias da materialidade discursiva.

No âmbito da discursivização das relações de poder, não exatamente na visão semiótica, Foucault (2009) concebe-as sob a ótica do “jogo de relações entre indivíduos (ou entre grupos), sob a perspectiva de um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 2009, p. 240). Para o filósofo francês, o exercício do poder se dá no “modo de ação de alguns sobre outros, ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação” (FOUCAULT, 2009, p. 243).

Nesta perspectiva foucaultiana, as relações de poder compreendidas enquanto ações de uns sobre ações de outros mobilizam e coexistem com uma prática de resistência, a qual está ancorada em atos de combate, de luta, de enfrentamento, de operações renitentes que buscam confrontar os aparatos de coerção que objetivam controlar e reger a vida dos homens (FOUCAULT, 2009).

Foucault (2009) afirma que os pontos de resistência surgem para confrontar um sistema de poder. Os dois operam jogos de reações antagônicas que reciprocamente se atraem e batalham como adversários, mas sempre com a possibilidade de inversão de papéis ou de posições, na medida em que, num dado momento da história, uma relação de confronto pode se tornar uma estratégia de poder e um instrumento de poder pode estabelecer uma relação de adversidade. É um vínculo permanente e mútuo entre uma ação de poder e uma ação de luta (FOUCAULT, 2009, 1988). Isso permite dizer que a política ou o discurso político entendido enquanto relações de poder, constituído fundamentalmente pela modalização do poder, manifesta duas operações contrárias – uma ação de poder *versus* uma ação de luta –, as quais, neste trabalho, correspondem respectivamente às ações do antissujeito e do sujeito.

Na perspectiva semiótica, o conceito de resistência ainda é pouco explorado. No entanto, alguns grupos de pesquisadores engajados no debate da semiótica política já apontam reflexões teóricas importantes para a análise discursiva da resistência. É o caso do professor Juan Alonso Aldama¹. Atualmente, o semioticista vem desenvolvendo pesquisas voltadas para a temática sobre a qual discorreu numa palestra virtual organizada pela Associação Brasileira de Linguística – Abralín –, em abril do ano de 2021. O pesquisador ainda não publicou texto formal sobre o tema apresentado, e por isso tomamos como referência o que foi explanado verbalmente no evento mencionado (ALDAMA, 2021). Na ocasião, Aldama apresentou pressupostos teóricos e analíticos sobre a construção discursiva da resistência, concebendo-a como uma *forma de vida*.

O conceito *formas de vida* advém da filosofia de Wittgenstein (1999) e está presente na obra póstuma *Investigações filosóficas*. O autor compreende que a linguagem é parte da conduta social do ser humano, pois está vinculada aos fenômenos naturais da espécie humana. Dessa forma, na visão do filósofo austríaco, as *formas de vida* são caracterizadas pela interação das ações humanas com a linguagem, constituindo-se uma forma de expressão comunicativa (WITTGENSTEIN, 1999, p. 35).

Na semiótica, trata-se de uma noção concernente às organizações semióticas características de identidades sociais e culturais, individuais e

¹ É professor doutor do Departamento de Ciências da Linguagem da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da *Université Paris Descartes*. Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas de comunicação e estratégia, semiótica social, política e de conflitos.

coletivas que se constituem como objetos semióticos dotados de um plano de expressão e um plano de conteúdo (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 225).

Fontanille (2015) afirma que as formas de vida se sustentam em formas identificáveis de perseverança, especificamente em “arranjos reconhecíveis do desdobramento sintagmático de um curso de vida” (FONTANILLE, 2015, p. 157). Uma forma de vida formula um “sentido da vida”, tem uma dimensão antropológica e assenta-se numa perspectiva estética de axiologias. Para o semiotista francês, uma forma de vida é a manifestação de uma identidade social e cultural que é evidenciada na confrontação com outras identidades participantes da mesma semiosfera (modos de existência sociais).

Sem adentrar detalhadamente nas discussões propostas pelo autor a respeito dos regimes temporais e espaciais das formas de vida, tomaremos, em particular, a sua concepção de perseverança enquanto componente constitutivo de uma forma de vida. Uma espécie de força propulsiva que cria condições para continuar persistindo no curso da vida dando-lhe, portanto, significado.

De acordo com Fontanille (2015), a perseverança concernente às formas de vida manifesta-se no espaço e no tempo e necessariamente implanta-se em regimes temporais e espaciais que podem sustentar, desordenar e até mesmo suspender um curso de vida. O princípio de perseverar e persistir está ancorado no engajamento da busca passional por valores axiológicos que dão significado à própria vida. Não é somente a realização de um programa de ação, a concretização de uma performance desejada. Esse ato de perseverar e persistir constitui uma autêntica forma de sentir e viver a vida.

Nesse sentido, para Aldama (2021) a resistência não é apenas uma questão de perseguir um objeto-valor a fim de concretizar um programa de performance, mas trata-se de fazer aparecer um sujeito do discurso. Faz nascer um sujeito semiótico (ALDAMA, 2021).

O estudioso faz citação do livro de Greimas intitulado *Du sens en exil: chroniques lithuaniennes* (2017), no qual o fundador da semiótica francesa apresenta um breve texto sobre a noção de resistência. Aldama (2021) afirma que a resistência concebida por Greimas “é um clima moral original em que o povo sacudido pela história adquire novas possibilidades e toma consciência de seu destino”.

Desse modo, Aldama compreende essa concepção greimasiana articulada ao pensamento de Spinoza (2009), pois o filósofo concebe a resistência a partir da experiência adversa, por meio da qual o sujeito é dotado de novas modalidades expressivas. Então, resistir é, sobretudo, uma instância que produz paixões positivas e cria potencialidades de discurso. Isso constitui para Aldama o conceito central para a compreensão e o funcionamento da resistência.

O pesquisador, ao citar Greimas (2017), destaca que a resistência é uma declaração, um ato de afirmação. Neste sentido, ela é, primordialmente, a instauração de um sujeito do discurso. O sujeito produtor de um ato enunciativo.

No entanto, enfatiza que uma declaração não é somente um ato de enunciação, por isso concebe-a a partir de dois sentidos: como ato semiótico e como *tomada de posição*. Ele reforça que são essas duas concepções de declaração que fazem nascer o sujeito da resistência, porque, ao mesmo tempo em que há um ato performativo, há a afirmação de uma posição. Há uma construção de subjetividade como um conjunto de competências e valores – nas palavras de Greimas (2017). Não há sujeitos resistentes ou capacitados para a resistência antes dessa declaração. Não existe um treinamento ou preparação para resistir porque a resistência não é só uma prática, mas uma forma de vida que se dá por essas duas vias.

Aldama (2021) afirma que a declaração funciona como uma negação. É um ato de se opor. Uma oposição abrange uma complexidade, é mais difícil do que simplesmente concordar ou aceitar, e, nesse sentido, quem tem que declarar-se é aquele que se posiciona contra e, para negar, há a exigência de uma argumentação. Desse modo, do ponto de vista semiótico, a negação é o fundamento da narratividade. Ela é o início de uma ruptura, na medida em que faz nascer uma resistência. A negação é uma tomada de posição, uma afirmação que necessita de defesa. Ela gera um ato polêmico, um ato de confrontação, exige, portanto, uma ação de resistência.

A resistência, nesse prisma semiótico, articula-se à concepção foucaultiana, pois o sujeito resistente nasce de um ato de negação que se propõe a combater a afirmação dominante. A negação tem um caráter de visibilidade, diferencia-se e se destaca. Ela é sempre visível porque constrói uma espécie de explosão de presença.

Para Aldama, a resistência se dá por meio de uma manifestação da concessão porque ela recusa a implicação, aquilo que estava previsto. A Semiótica Tensiva por meio de seu principal promotor, Zilberberg, postula que o regime de concessão corresponde aos “enunciados de ruptura, ruptura de concordâncias consensuais” (ZILBERBERG, 2011, p. 99). A concessão, portanto, subverte a ordem lógica implicativa e se dá no âmbito do inesperado, do imprevisível. A implicação, por sua vez, articula-se na relação entre causa e consequência e procede por silogismo (“se ... então”). Nesse sentido, a resistência é concessiva porque cria um caminho novo e distinto, está localizada em lugar diferente, no qual a lógica implicativa não espera.

Em suma, o semioticista político postula que resistir é uma tomada de posição, é uma forma de vida, transpõe o programa narrativo, vai além da ação, perpassa por modalizações e assume uma dimensão passional que constitui característica fundamental da resistência.

Considerando a definição semiótica de discurso político e as abordagens sobre resistência articuladas a partir de Foucault (2009, 1988) e Aldama (2021), destacaremos o percurso do sujeito que combate intensamente o autoritarismo

do sistema de governo e aspira transformações na conjuntura política do Estado por meio das ferramentas semióticas apresentadas.

2. A resistência como forma de vida: persistência e sobrevivência

O texto *Companheiras* foi publicado pela primeira vez no Brasil no ano de 1957 e faz parte da coletânea *Aruanda* (MORAES, 1989), uma das obras da trilogia memorial da escritora e a mais elogiada pela crítica por seu caráter histórico e documental, na qual a autora retrata uma época sombria e de forte repressão do regime fascista brasileiro – a ditadura do Estado Novo.

Companheiras é uma narrativa situada no início do ano de 1936, período em que se instituiu na política brasileira um governo ditador e autoritário que, apoiado pelos militares e pela classe elitizada, tinha como principal missão coibir atos revolucionários que ameaçavam a tomada do poder no país por grupos comunistas. A política do Estado Novo foi um regime totalitário dos mais sangrentos e repressores da história brasileira, estabeleceu um estado de exceção² e exerceu uma perseguição implacável a todos aqueles que atentavam contra a “ordem social”. Na crônica, a autora relembra os longos dias na Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, Sala 4. Nesse lugar, compartilhou com vinte e quatro mulheres momentos de dor, de saudade, de tristeza, de medo; como também, por meio do apoio coletivo, encontrou forças para resistir, para persistir na luta e para continuar combatendo os modos coercitivos de controle que a essas mulheres foram impostos.

Trecho 1

[...] Os dias – no inverno como no verão – se arrastavam pesados, longos, sem monotonia, pois nossa constante preocupação era inventar formas para que eles não fossem parecidos. Enchíamos com coragem e alegria todas as horas: ginástica, estudo, conversas, cânticos, passeio. [...] Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascismo do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas? Quando se falava em quitutes variados, quando alguém dizia como se preparava esse ou aquele prato, podia-se olhar os olhos: estavam todos famintos. Quando se contavam passeios e se falava de mar, praia, montanhas ou planícies, podia-se ver nos olhos famintos uma ânsia de voltar à vida da cidade, da terra, do mundo (MORAES, 1989, p. 130-131).

Trecho 2

² O estado de exceção é um instrumento previsto na Constituição Federal a ser utilizado somente em situações de emergência e grande calamidade, ou seja, em casos específicos determinados por lei. O poder concentra-se no executivo federal e os direitos constitucionais dos cidadãos são restringidos. O estado de exceção é acionado em caráter temporário e, quando é tomado como um mecanismo para sustentar um governo no poder, torna-se uma medida antidemocrática.

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, morenas; de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajes modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e operárias. Havia as tristes, silenciosas, metidas dentro de si próprias; as vibráteis, sempre prontas ao riso, aproveitando todos os momentos para não se deixarem abater.

Os filhos de Rosa eram nossos filhos. [...] Quando Rosa falava nos “meninos” ficávamos todas em silêncio. A polícia arrancara-os daquela mãe. [...] Problemas de uma, problemas de todas. [...] Problemas comuns, destinos comuns. [...] Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. [...]

Na sala, aquela tarde, havia tanto calor que descansávamos nas camas, abanando-nos com pedaços de papel. Como não tínhamos espaço para andar todas ao mesmo tempo, quando umas o faziam, outras eram obrigadas a ficar sentadas ou deitadas nas camas. [...] Qualquer gesto, qualquer palavra ou movimento iria aumentar o suor que escorria de nossos corpos cansados. Não podíamos perder a menor de nossas energias: devíamos sobreviver.

Foi nessa tarde que ela entrou na Sala das Mulheres. Nunca esquecerei seu ar de espanto, nem aqueles sapatos que haviam sido brancos. Estavam manchados de terra ou de sangue? Nunca esquecerei o vestido sujo, as mãos trêmulas, os cabelos brancos revoltos (MORAES, 1989, p. 131-135).

Trecho 3

[...] O olhar com que agora envolvia as vinte e cinco mulheres era diferente; queria entender as palavras nas paredes, perguntava, sorria, abraçava todas, chorava e ria. Contou com voz firme o quanto sofrera. A Polícia Especial a maltratara monstruosamente. Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos. Colocavam-na no alto da escada, amarrada e nua para forçá-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios.

[...] Falou sempre com voz clara, precisa, serena, em tudo que passara nas prisões desta cidade. Seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial. Jogavam-na de prisão em prisão. Durante mais de dois meses sofreu humilhações físicas e morais. Uma de nós falou: – Ela precisa comer, tomar banho, mudar o vestido. Houve um corre-corre geral. Todas queriam dar-lhe roupas, todas queriam dar-lhe um pedaço de pão, de doce, uma fruta. Comia sorrindo. Sua fome tinha dois meses, seu sofrimento mais algum tempo (MORAES, 1989, p. 135-136).

Trecho 4

Minutos depois voltou o guarda. Explicou que fora engano. A prisão para ela seria outra. E sorrindo:

– Muito pior.

Quando partiu, deixava vinte e cinco amigas. Não lhe dissemos adeus, não tivemos um momento de fraqueza. Mas quando as grades se fecharam atrás dela, cinquenta olhos choravam.

A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Ninguém falava. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda (MORAES, 1989, p. 137).

Nos enunciados iniciais de *Companheiras*, o narrador relata como transcorriam os longos e tristes dias na cela da Casa de Detenção onde estavam presas vinte e cinco mulheres militantes políticas. Eram dias intermináveis, difíceis, que tornavam as recordações e as saudades mais latentes. Essas horas infindáveis de angústia e medo eram amenizadas com as rotinas diárias estabelecidas. O preenchimento do tempo com práticas de estudo, de exercícios físicos, momentos de distração – “as conversas, os cânticos, os passeios” (MORAES, 1989, p. 130).

Imerso nesse ambiente de hostilidades e sofrimento encontra-se o sujeito político (as mulheres encarceradas). Um sujeito em estado de privação de objetos de valor, tais como: a liberdade e os princípios democráticos. Esse sujeito é afetado pelo fazer do antissujeito³ (polícia repressora), e a relação com tais valores torna-se disjuntiva. No entanto, não se trata de um estado final de privação. Esse sujeito busca constantemente alcançar ou resgatar os valores mesmo que imobilizado pelo Estado. Nessa luta, ele – o sujeito – se confronta, entra em embate com o antissujeito/antidestinator que, por sua vez, conserva valores totalmente antagônicos aos do sujeito e o impede de entrar em conjunção com aquilo que almeja.

O discurso é narrado em primeira pessoa por se tratar de um texto autobiográfico. Os elementos enunciativos, predominantes na crônica, são usados para criar efeitos de subjetividade, como também efeitos de verdade e simulacros da realidade sobre os fatos relatados. Ao mesmo tempo, o narrador se distancia da enunciação e torna-se um observador das ações narrativas. Em certas passagens do texto, ele mantém distanciamento, constrói uma verdade objetiva ao relatar os fatos em terceira pessoa e estabelece um ponto de vista sobre o discurso. (“Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. [...] Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas”, (MORAES, 1989, p. 131). As marcas de subjetividade coadunam-se aos traços de objetividade que buscam referendar veridictoriamente o discurso.

O espaço enuncivo da prisão é um ambiente vigiado, fechado, com rigorosas demarcações, que não permite o mínimo de movimento e locomoção. Produz-se, portanto, um efeito de estaticidade e de imobilidade que se configuram como técnicas de poder, pois visam o controle, a rendição e o aniquilamento do sujeito. As estratégias de resistência organizadas a partir da distribuição espacial da cela buscam desarticular essas táticas de poder, transformando o espaço sombrio e fechado da prisão num espaço aberto, de acolhimento e de afetividade.

³ Usaremos o termo antidestinator para nos referir ao Estado autoritário e o termo antissujeito para especificamente tratar do agente policial que pratica a violência a mando do Estado.

O narrador dispõe os tempos, predominantemente, no passado, com um aspecto durativo e inacabado, produzindo um efeito de continuidade das ações e dos estados narrativos. O tempo transcorre sem alterações, não há mudanças substanciais, ele se dá sempre da mesma forma e no mesmo espaço. A descontinuidade desse tempo invariável se dá por meio das ações de sobrevivência e de resistência implementadas no cárcere. A resistência na prisão é difusa, pois se constrói a partir de pequenas ações – como partilhar uma história, conhecimentos, sentimentos, saudades – que objetivam transformar esse tempo/espaço fechado e imutável em tempos menores, em espaços mais abertos e extensos. As rotinas estabelecidas e a reorganização espacial da cela são táticas usadas pelas presas para atenuar a forte intensidade que se projeta num tempo fechado e no espaço denso da prisão.

Essa resistência é difusa dentro e fora da prisão. Ela não se limita ao espaço prisional. O regime político que as presas defendem não corresponde ao regime político em vigor. Há conflitos de horizontes ideológicos, ações que respondem umas às outras. É uma resistência difusa não somente no tempo histórico no qual se situa a narrativa, mas também no tempo pelo qual perdura a luta política por transformações sociais e ainda no tempo transcorrido para que essa história tenha um alcance público. A resistência é difusa porque transpõe o tempo e rompe os lugares de silenciamento.

Por outro lado, não se pode negar que há pontos de concentração dessa resistência, os quais estão presentes nas ações do sujeito implementadas na prisão (rotinas estabelecidas, atividades de estudo e de distração) que não deixam de ser estratégias de sobrevivência para suportar os dias sombrios no encarceramento. Desse modo, os focos de concentração da resistência referem-se às ações executadas pelas presas no cárcere, enquanto a difusão da resistência está representada na própria existência dessas mulheres (e de outras pessoas que resistem), pois se encontra estendida para além do tempo de então e para além do espaço prisional.

Ressalta-se que a resistência e a sobrevivência aqui elucidadas perduram na temporalidade e na espacialidade de forma diferente, embora ambas possuam um caráter de perseverança. Para essa discussão, recorreremos a Aldama (2021), que concebe a resistência como *forma de vida*, e a Fontanille (2015), quando trata do espaço-tempo de persistência e perseverança no desenrolar de um curso de vida, conforme já discutimos, em termos teóricos, na seção anterior.

A resistência e a sobrevivência manifestadas na crônica *Companheiras* têm a característica de perseverança que é própria das formas de vida. Todas as ações, as atividades lúdicas e as práticas desenvolvidas pelas presas são modos de permanecer, de continuar na luta em busca de valores que ultrapassem a dimensão modal de um simples querer-fazer ou querer-ser, mas comportam uma quantidade superior de vontade que já é de ordem passional. No entanto, embora ambas tenham esse caráter de perseverança, a sobrevivência é mais pontual, tem

um início e um fim. Ela tem um aspecto temporal breve e um espaço limitado, pois a necessidade de sobreviver perdura especificamente no espaço prisional. As estratégias de divisão espacial da cela, o revezamento de locomoção entre as detentas e as rotinas estabelecidas mantêm-se no tempo que corresponde ao período do encarceramento.

A resistência, por sua vez, tem uma temporalidade durativa, tem uma dimensão política, não se limita à espacialidade da prisão. Ela perpassa pelo tempo-espaço do ambiente carcerário. Não se constitui apenas mediante uma prática perseverante, mas é uma forma de conceber e sentir o mundo, gera e organiza paixões positivas.

As mulheres da crônica *Companheiras* são sujeitos passionais que afirmam uma tomada de posição, que se declaram contrárias ao sistema de poder autoritário, que se negam a aceitar o regime imposto. Ancoradas nos laços afetivos, elas não se sentem impotentes, não se sentem derrotadas. O poder resistir é o objeto modal que as torna sujeito competente para enfrentar a repressão do antissujeito. Essas modalizações do querer, do saber e do poder alteram, portanto, a existência modal de sujeito derrotado, impotente, para sujeito fortalecido, competente e capacitado para combater o poder autoritário do Estado. Essas mulheres se constituem como sujeitos do discurso que objetivam não somente sobreviver ao terror da tortura, da fome, do frio e do calor, mas buscam resistir e permanecer nessa resistência como forma de dar sentido e existência à própria vida.

A resistência como forma de vida é construída discursivamente por meio das ações coletivas, dos elos afetivos e da partilha de sentimentos. As presas assumem as preocupações umas das outras, não permitem que nenhuma venha a fraquejar, elas resistem conjuntamente. Há, portanto, a construção de um sujeito coletivo que entra em confronto com as ações repressivas do Estado. A narratividade é moldada por relações conflituosas, nas quais há rupturas de contratos sociais. O percurso narrativo do sujeito da resistência está centralizado na busca pela liberdade, pela integridade física/psicológica e pela instauração de um sistema político democrático. E, para entrar em conjunção com os valores almejados, o sujeito adquire competências modais do querer, do saber e do poder fazer através das formas de sobrevivência instituídas na prisão. As rotinas construídas, a ajuda mútua e a rede de solidariedade são os mecanismos (o uso) para alcançar a performance pretendida.

No entanto, essa performance é coibida pelo fazer repressor do antissujeito (que segue o programa do antidefinidor – Estado autoritário) e o sujeito estaciona na competencialização, buscando concretizar a transformação mesmo em estado de aprisionamento. Há, portanto, uma confrontação de programas (programa x contraprograma). Há um jogo polêmico de ações que respondem umas às outras e entram em relação mútua de enfrentamentos e combates.

Dessa forma, as isotopias – recorrências de traços semânticos que indicam um plano de leitura do texto – apresentadas são a da repressão e a da resistência. Elas propõem uma leitura voltada para as lutas políticas e sociais localizadas no processo histórico do país. As ações repressivas do Estado constroem-se semanticamente pela tortura, pela violência, pelo sofrimento humano, pela opressão e pelo autoritarismo que estão associados aos seguintes traços sensoriais: auditivo (silencioso, silêncio), olfativo (odor, prisão infecta), tátil (frio, calor, umidade) e gustativo (fome, sede). A repressão é apresentada textualmente com valor axiológico negativo, representa a degradação do ser humano. É um mecanismo de vigilância e de punição que pretende extirpar do meio social aqueles que não se subordinam ao controle do sistema de poder.

As ações de resistência, por sua vez, são organizadas tematicamente pela liberdade, pela perseverança, pela sobrevivência, pela afetividade, pela solidariedade, pela vida e pela fraternidade. Esse percurso temático está articulado aos investimentos sensoriais: gustativo (os quitutes, os pratos variados), auditivo (o barulho das conversas, dos cânticos, das ginásticas, dos sorrisos), olfativo (a ventilação, o ar, local arejado) e tátil (os abraços). A resistência é axiologizada positivamente, é uma tomada de posição. Ela se sustenta pela união, pela construção de afetos. É de ordem concessiva porque rompe com as esperas, foge da lógica implicativa. A resistência se fortalece no lugar onde impera a repressão, ressignifica tempos e espaços e se constrói como uma forma de vida ancorada ideologicamente nos princípios de igualdade, de coletividade e de justiça social.

A enunciação é construída, portanto, por meio dessa ancoragem ideológica, do lugar sócio-histórico no qual o sujeito está inserido. O enunciador expõe por meio do discurso um universo ideológico ancorado nos valores de coletividade e de união. Busca-se a conjunção com os princípios democráticos tematizados pelo direito de liberdade (de voz, de fala). O enunciador representa papéis sociais, ele fala pelos presos políticos, pelos intelectuais militantes, por todos aqueles que lutaram destemidamente em nome da democracia e, por isso, sofreram severas sanções. O discurso é determinado por uma ideologia que vê o mundo pelo prisma da equidade e da justiça social. A resistência é a negação dos valores impostos pela ideologia dominante. É uma forma de afirmar uma posição ideológica fundamentada no direito de igualdade entre os homens. O discurso político de resistência é construído pela afirmação dessa construção ideológica.

Nesse discurso, o enunciador relata memórias individuais e coletivas baseadas numa verdade experienciada, atestada por meio de relatos testemunhais e de referentes históricos que sustentam a veridicção apresentada textualmente. Ao mesmo tempo, o enunciador se utiliza de elementos sensíveis para causar impacto no enunciatário-leitor. Isso implica dizer que o discurso da resistência é moldado por formas discursivas de memória.

Para essa discussão nos referimos a Barros (2011). A partir da análise de diferentes gêneros autobiográficos, a autora propõe duas formas discursivas de memória: a *memória do acontecido* e a *memória-acontecimento*. Fundamentando-se em elementos tensivos, a semiótica compreende que a *memória do acontecido* se situa no campo do inteligível porque opera com estratégias enunciativas para causar efeitos de legibilidade e faz uso de grande quantidade de informações. A *memória-acontecimento* é da ordem do sensível. É construída ao longo do texto, não tem *status* de acabamento, “mas a cada pedaço agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido” (BARROS, 2011, p. 266).

A *memória-acontecimento* está relacionada ao conceito de *acontecimento* da Semiótica Tensiva. O *acontecimento* é concebido como um evento inesperado e imprevisível que sobrevém ao sujeito de forma abrupta e com força máxima de intensidade e concentração. É uma quebra, uma ruptura daquilo que fora planejado.

No texto por nós analisado, a *memória do acontecido* apresenta-se pela minuciosidade de detalhes de que o enunciador lança mão ao rememorar os episódios na prisão, tais como: a localização e a descrição exata da casa prisional (Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários: “sala quente, fria, úmida”, MORAES, 1989, p. 130), as marcações temporais com especificações de datas (1935, 1936, 1937, 1938), os nomes das personagens e papéis temáticos (Rosa – a mãe separada dos filhos, as domésticas, as datilógrafas, as advogadas, as operárias), e a especificação do antissujeito (o guarda que sorriu irônico diante do sofrimento das presas). A *memória do acontecido* torna o discurso inteligível. O passado é contado com minúcia de informações e fornece referências que facilitam a leitura do enunciatário.

Na crônica, a *memória-acontecimento* é marcada por figurativizações sensoriais que transmitem a sensação de que o enunciador está revivendo todas as emoções e os sentimentos passados na prisão. Em *Companheiras*, os atos de tortura são rememorados com uso de figuras que recriam a cena impactante de violência (“Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos”, MORAES, 1989, p. 136). Cria-se uma espécie de tensão na leitura do texto. O enunciatário se sente chocado diante de tais atrocidades, principalmente porque é uma descrição de violência covarde. São homens torturadores que mutilam o corpo da mulher, que tripudiam do seu sofrimento. Isso provoca um sentimento de indignação e de revolta. O enunciatário é tocado na sua sensibilidade, ele é levado a sentir a dor do outro.

Em outra passagem da crônica (Trecho 4), o enunciador retoma o passado intensificando a dor da perda pela partida de uma pessoa querida. Nesse trecho, há a manifestação de afetividades que as presas políticas construíram em anos de encarceramento, vivendo e compartilhando as piores privações. Observamos os estados passionais do medo, da aflição, da tristeza pela partida de alguém que

elas aprenderam a respeitar e a amar. Há o sentimento da falta. O grupo sofre uma ruptura pela perda de um integrante, e mais uma vez o sujeito é afetado pelo fazer autoritário e repressivo do antissujeito.

No entanto, o sujeito se ancora novamente nas formas de resistência encontradas para sobreviver, talvez, a mais dura batalha de sua vida. São estratégias de resistência que se efetivam no interior de relações de poder exercidas no espaço disciplinar e punitivo da prisão. É nesse lugar de extrema vigilância e repressão que essas mulheres desenvolveram o mais lindo gesto de humanidade: o amor ao próximo – “A tarde tão quente de verão foi mais longa e dolorosa naquele dia. Voltamos ao jogo de paciência, ao silêncio, à angústia de saber que a vida lá fora devia andar linda” (MORAES, 1989, p. 137).

As figuras “cinquenta olhos choravam”, “tarde quente de verão”, “tarde dolorosa”, “silêncio” (MORAES, 1989, p. 137) produzem uma imagem de despedida abrupta e repentina. Ao recordar esse momento, o enunciador parece reviver esse sentimento doloroso, ao mesmo tempo, pretende-se que a mobilização do enunciatário aconteça mais pelo sensível do que pelo inteligível, ou seja, pelas emoções e pelos afetos.

O texto é construído discursivamente pela conjugação dessas duas formas de memória. Ora conferem legibilidade ao discurso pela contextualização do espaço, do tempo e das pessoas por meio da mobilização de figuras mais vinculadas ao *logos*, ora revelam afetos e emoções compartilhados mutuamente pelo enunciador e pelo enunciatário, fazendo-se o uso de uma figurativização que reveste os temas da tristeza (“cinquenta olhos choravam”, MORAES, 1989, p. 137) e da violência (“os seios onde trazia impressas marcas de dedos”, MORAES, 1989, p. 136), que são de ordem patêmica.

O discurso político de resistência presente em *Companheiras* é organizado por um conjunto de elementos discursivos que congregam tempos, espaços, pessoas, temas e figuras, os quais revelam a presença de um enunciador firme em seus valores e convicto de suas posições ideológicas. Para ele, a resistência não é só uma ação pontual que visa a transformações, mas constitui uma autêntica forma de vida. O discurso da resistência manifestado na crônica é de ordem concessiva porque rompe com as esperas, foge da previsibilidade. Ele se constrói no tempo e no espaço inesperados da prisão. É um discurso de caráter passional, marcado por uma afirmação de posição que transcende o programa de ação e faz nascer um novo sujeito, o sujeito resistente.

Considerações finais

A arte literária brasileira tem sido um veículo de manifestação discursiva de extrema importância para tratar de problemáticas humanas recorrentes em diferentes épocas. O texto de Eneida de Moraes debate temáticas políticas e sociais que se tornam emergentes nos tempos atuais, na medida em que práticas

governamentais centralizadoras e autoritárias são reativadas no cenário atual da sociedade brasileira. Portanto, compreender os processos históricos, nos quais a sociedade vem se construindo ao longo do tempo, é fundamental para interpretar as questões e os problemas vivenciados no presente.

A escolha teórica pela Semiótica Francesa e seu arcabouço metodológico nos possibilitou alcançar o objetivo deste trabalho que se centrou em investigar a construção discursiva da política de resistência manifestada no texto da escritora. A partir das categorias semióticas elucidadas, observamos que o discurso político de resistência manifestado nesse texto é moldado por orientações ideológicas que contestam a ordem social e política vigente na época em que o relato se passa. Na teia discursiva, percebemos que o sujeito resistente é modalizado pelo querer-fazer mudanças urgentes nessa conjuntura sociopolítica, e, para entrar em conjunção com os seus valores almejados – liberdade, justiça social, igualdade de classes –, ele estabelece uma relação polêmica e conflituosa, pois entra em confronto com outros valores (do antissujeito) que são totalmente antagônicos aos seus. O percurso discursivo traçado pelo sujeito é constantemente de enfrentamento e de resistência aos sistemas normalizadores.

Nesse discurso, ecoam as vozes de grupos sociais menosprezados pela sociedade burguesa, conservadora e patriarcal. São as vozes de presas políticas que lutam intensamente pela liberdade, pela implantação dos princípios democráticos e buscam o seu lugar participativo na sociedade e na política brasileira. São as vozes de intelectuais militantes que não aceitam as arbitrariedades impostas e por isso sofrem severas sanções. É, portanto, um discurso tecido em ações de movimentos de luta e de resistência diante dos dispositivos de poder.

Por meio das análises, observamos que a organização narrativa do texto marca o discurso da resistência pelo antagonismo de dois percursos narrativos: o do sujeito resistente e o do antissujeito repressor. Nesse confronto, são evidenciadas ações que respondem umas às outras e entram num jogo de conflitos ideológicos. Existem divergências de valores que marcam esses percursos em campos opostos. O percurso do antissujeito busca garantir a manutenção da ordem social, punindo todos aqueles que violam as normalizações. O percurso do sujeito prima pelo direito de liberdade e de justiça social. A resistência do sujeito é sustentada pela ação coletiva, pela colaboração mútua e pela construção de afetividades.

As análises nos revelaram que o discurso político de resistência presente no texto é construído por elementos narrativos e discursivos que manifestam a presença de um enunciador convicto, assertivo e firme em suas posições ideológicas. Seu discurso é modalizado pela certeza. Para ele, a resistência está numa dimensão passional, é muito mais que uma prática perseverante. Ela é uma autêntica forma de vida. A resistência marca uma tomada de posição que não se

limita à performance narrativa, mas ultrapassa os processos semióticos da ação. Ela é o engajamento da busca apaixonada por valores axiológicos que atribuem significado à própria vida.

A crônica *Companheiras* se inscreve na categoria de textos histórico-documentais que nos mostram como a sociedade de hoje ainda preserva heranças de um tempo dominado pelo patriarcalismo e pelo conservadorismo, quando não se abria espaço para a multiplicidade de pensamentos, para as diversidades e para a igualdade de gêneros. O texto apresenta traços históricos e sociais do passado que ressurgem no nosso presente. São memórias de ontem que se refletem nos acontecimentos de hoje, na medida em que se torna emergente a construção de resistências – sejam elas permeadas pelas artes ou pelas ações de movimentos sociais – confrontantes aos dispositivos de poder que operam por meio de discursos arbitrários recorrentes nos dias atuais. São discursos que julgam, criminalizam e atacam de forma veemente as ações de luta, as quais estão no combate pela defesa dos direitos democráticos, das políticas inclusivas e das pautas coletivas.

O discurso de resistência manifestado no texto *Companheiras* enuncia histórias de sobrevivência, de companheirismo e de solidariedade que foram abafadas pelo autoritarismo. O texto concede voz aos silenciados, nomeia como heróis e heroínas aqueles considerados inimigos do Estado e atribui homenagens aos que foram covardemente exterminados. A enunciação transmite ao enunciatório (sociedade em geral) um ato de resistência que atravessa tempos e espaços narrativos. É uma resistência que se reorganiza e se reconstrói, na medida em que busca romper os silenciamentos que persistem nas diferentes conjunturas históricas.

Os focos de resistência que se sustentam hoje, de certa forma, honram todas as lutas que foram construídas no passado. As companheiras da Sala 4 padeceram, sofreram, porém jamais fraquejaram, nunca se renderam. Que elas nos sirvam de exemplo. ●


Referências

ALDAMA, Juan Alonso. Resistência como forma de vida: paixões de perseverança. *In*: FULANETI, Oriana (moderadora). *Semiótica política: autoritarismo e resistência*. *Youtube* [S.l.]: Abralín, 21 abr. 2021. *Mesa redonda*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DXlz-PsxEBQ>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2 ed. rev. Bauru: EDIPRO, 2009.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível*. 307 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-29042013-101320>. Acesso em: 22 fev. 2023.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen Varriale et. al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, José Luiz. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana de Nadai; BUENO, Alexandre Marcelo (org.). *Linguagem e política: princípios teórico-discursivos*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2013. p. 21-38.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- FONTANILLE, Jacques. *Formes de vie*. Nouvelle édition [en ligne]. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.pulg.2207>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul (org.). *Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. rev. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens en exil: chroniques lithuaniennes*. Paris: Lambert-Lucas, 2017.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Pontes, 1992.
- MORAES, Eneida de. *Aruanda: banho de cheiro*. Belém: SECULT: FCPTN, 1989.
- SPINOZA, Baruch de. *Tratado político*. 1. ed. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

 **The discursive construction of the politics of resistance in
Companheiras, by Eneida de Moraes**

 LIMA, Renata Guimarães Cabral

 FULANETI, Oriana de Nadai

Abstract: This article aims to investigate the discursive construction of the politics of resistance in the chronicle *Companheiras*, by the Eneida de Moraes (1903–1971), as well as to identify the social voices expressed through this discourse. The text was written in the 1950s, however, it reports historical facts from the 1930s. We selected excerpts from the text, which mark the path of the subject confined in prison, immobilized by repression, but finding ways to survive and resist the imposed coercion. We depart from the theoretical assumptions of French Semiotics, elucidating narrative and discursive aspects, incidences of elements of the tensive aspect, also highlighting the concept of forms of life in the way Fontanille (2015) uses it. The analysis reveals that the discourse of resistance is constructed by the uniqueness of social voices that confront an authoritarian and repressive power system. It is a discourse woven in actions of collective resistance sustained in affectivities and in the sharing of the same ideological thinking in favor of a new political organization based on democratic principles and freedom of expression. Thus, the work contributes to the understanding of discursivities ideologically located in the field of resistance politics and confrontations with power systems.

Keywords: political speech; French semiotics; resistance.

Como citar este artigo

LIMA, Renata Guimarães Cabral; FULANETI, Oriana de Nadai. A construção discursiva da política de resistência em *Companheiras*, de Eneida de Moraes. *Estudos Semióticos* [online], vol. 19, n. 1. São Paulo, abril de 2023. p. 125-143. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

LIMA, Renata Guimarães Cabral; FULANETI, Oriana de Nadai. A construção discursiva da política de resistência em *Companheiras*, de Eneida de Moraes. *Estudos Semióticos* [online], vol. 19, issue 1. São Paulo, April 2023. p. 125-143. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 31/10/2022.

Data de aprovação do artigo: 07/02/2023.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.
This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

